

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE SINTRA**
Entrada nº: 232
Data: 02/05/2016



Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra,

Dr. Domingos Quintas

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

SORM

2016.05.24

ASSUNTO: Proposta n.º 430-P/2016

«Autorizar a celebração do protocolo de cedência precária de utilização da parcela de terreno do domínio público municipal com a área de 90m², sita no Baldio do Mosqueiro, na Rua da Bela Vista, em Almornos, para instalação de infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicações».

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, solicito a V. Ex.^a que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião da Câmara realizada em 24 de maio de 2016.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA


Basílio Horta



PATRIMÓNIO MUNDIAL WORLD HERITAGE

Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

24

Nos termos do Art. 57º, nº.3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei nº.75/2013 de 12 de setembro; artigo 34º, nºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015 de 7 de janeiro; e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária de 25 de outubro de 2013 que aprovou por unanimidade a Proposta nº 3-P/2013, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião ordinária de 24.05.2016.**

Proposta nº 430-P/2016, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO: *Aprovada por unanimidade*

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 24 de maio de 2016.

O Presidente



Basílio Horta

A Coordenadora do GAOM



Helena Saraiva



PATRIMÓNIO MUNDIAL WORLD HERITAGE

Câmara Municipal de Sintra

PROPOSTA N.º 430 - P/2016

Considerando que:

Há alguns anos foram instaladas numa parcela de terreno do domínio público municipal, sita no Baldio do Mosqueiro, na Rua da Bela Vista, em Almornos, outrora parte integrante do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 93 da secção "DD" da UF de Almargem do Bispo, Montelavar e Pero Pinheiro, umas infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicações;

No âmbito do licenciamento dos equipamentos instalados foi proposto o indeferimento dos pedidos, por falta de autorização expressa do proprietário;

Tratando-se de infraestruturas fundamentais para a população, a gestão da instalação daquelas infraestruturas de radiocomunicações, naquele local, vem sendo feita pela União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar;

No sentido regularizar a situação, a União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar veio solicitar a formalização da cedência da parcela de terreno,

Foi proposto a celebração de um protocolo de cedência precária de utilização da parcela de terreno do domínio público municipal com área de 90 m², autorizando a UF a conceder o uso privativo a terceiros, mediante o pagamento de uma remuneração ao Município de Sintra no valor de 1800,00 €/ ano;

A União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar, aceitou a minuta proposta;

Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberar sobre as formas de apoio às freguesias, conforme estipula a alínea j) do n.º 1 do Artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;

Reunião de

24 MAIO 2016

Doctº Agendado com o

Nº 24

Tenho a honra de propor à Exma. Câmara que, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere solicitar à Assembleia Municipal de Sintra que, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do Artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, delibere autorizar:

A celebração de um protocolo de cedência precária de utilização de parcela de terreno do domínio público municipal com área de 90 m², sita no Baldio do Mosqueiro, na Rua da Bela Vista, em Almornos, com a União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar, destinada à instalação de infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicações, nas condições constantes na minuta de protocolo em anexo.

Paços do Concelho de Sintra, 18 de maio de 2016

O Presidente da Câmara

2.2.
Basílio Horta

Reunião de

7 4 MAIO 2016

Docº Agendado com o
nº 24



Minuta

Protocolo de cedência precária de utilização de parcela de terreno em Almornos UF de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar

Aos _____ dias do mês de _____ 2016, nesta Vila de Sintra, Edifício dos Paços do Concelho, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO OUTORGANTE

Município de Sintra, com sede no Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra, Pessoa Coletiva de Direito Público com o NIPC n.º 500 051 062, neste ato representado pelo

SEGUNDA OUTORGANTE

União das Freguesias Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar com sede, pessoa coletiva com o NIPC n.º, neste ato representada por, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias

Para de livre e esclarecida vontade ser celebrado o presente protocolo de cedência de utilização precária de parcela de terreno, o qual se rege pelas cláusulas e condições seguintes:

Reunião de

24 MAIO 2016

PRIMEIRA CLÁUSULA

(Objeto)

Doctº Agendado com o
Nº 24

1. Através do presente protocolo pretende-se regular a cedência de utilização de parcela de terreno do domínio público municipal com área de 90 m², sita no Baldio do Mosqueiro, na Rua da Bela Vista, em Almornos, que integrava artigo rustico 93 da secção DD da UF de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar, assinalada na planta em anexo, à União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar destinada à instalação de infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicações.
2. Mediante este protocolo fica a União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar autorizada a conceder o uso privativo a terceiros, da parcela de identificada no número 1 desta cláusula.
3. A alteração do uso previsto só será possível mediante prévia autorização, por escrito, do Primeiro Outorgante.

SEGUNDA CLÁUSULA

(Duração)

O presente protocolo tem a duração de 5 (cinco) anos, com início na data da sua assinatura, renovável automaticamente por períodos de 1 (um) ano, salvo se qualquer das partes se opuser à sua renovação com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias antes do fim do período inicial ou qualquer uma das suas renovações.

TERCEIRA CLÁUSULA

(Remuneração)

1. A título de remuneração, a Segunda Outorgante pagará ao Primeiro Outorgante o valor anual de 1800,00 € (mil e oitocentos euros) com IVA incluído.
2. A remuneração será paga anualmente a primeira na assinatura do protocolo e as seguintes na anualidade do protocolo, podendo esse pagamento ser efetuado por multibanco, nas tesourarias municipais ou por outro meio ou local a combinar pelas partes.
3. O valor será atualizado anualmente, com base no coeficiente de atualização anual fixado pelo Instituto Nacional de Estatística, para os diversos tipos de arrendamento caso esse coeficiente seja de valor superior a 1.
4. A primeira atualização será efetuada na anualidade do protocolo e será comunicada por escrito à Segunda Outorgante com a antecedência mínima de 30 dias.
5. Pela falta de pagamento da remuneração anual no prazo fixado no n.º 2 desta cláusula, o Segundo Outorgante incorre numa penalização no valor de mais 50% sobre o valor da remuneração mensal.

Reunião de

24 MAIO 2016

QUARTA CLÁUSULA

(Obrigações da Segunda Outorgante)

Doctº Agendado com o
Nº 24

A Segunda Outorgante obriga-se a:

1. Cumprir, na íntegra, as obrigações decorrentes do presente protocolo, na lei geral e nos regulamentos municipais;
2. Suportar todas as despesas e encargos que recaiam sobre a parcela de terreno objeto do presente protocolo promovendo a sua limpeza, conservação e manutenção;

3. Solicitar, ao Primeiro Outorgante autorização, por escrito, para a realização de quaisquer obras ou trabalhos, ficando a Segunda Outorgante responsável por todos e quaisquer prejuízos que possam resultar de obras e pela obtenção dos projetos e licenças necessárias para a realização de obras e instalação dos equipamentos;
4. No termo do protocolo entregar a parcela de terreno ao Primeiro Outorgante, em condições de perfeita utilização, com todas as benfeitorias inamovíveis que haja nele realizado, as quais não conferem qualquer direito a compensação, indemnização ou retenção, seja a que título for.

QUINTA CLÁUSULA

(Fiscalização)

O Primeiro Outorgante, desde que devidamente identificado, fica desde já autorizado a promover todas as ações de fiscalização que entenda por convenientes para verificação do cumprimento do presente protocolo.

SEXTA CLAÚSULA

(Incumprimento e resolução)

1. O presente protocolo poderá ser resolvido por qualquer uma das partes, em caso de incumprimento grave e reiterado das obrigações decorrentes deste protocolo ou por motivos de interesse público.
2. Considera-se que há incumprimento grave quando, no prazo de 30 (trinta) dias após comunicação, a parte faltosa não tenha sanado o incumprimento.
3. A comunicação da resolução será feita por carta registada com aviso de receção, para a sede da Segunda Outorgante, com 30 dias de antecedência da data pretendida para o fim do protocolo.
4. Caso não aceite a resolução contratual operada pelo Primeiro Outorgante, com fundamento em incumprimento, a Segunda Outorgante apenas poderá fazer valer judicialmente o seu entendimento, não se podendo opor à produção dos efeitos próprios da resolução, nomeadamente, não se poderá opor a que o Primeiro Outorgante reassuma a detenção material do imóvel objeto do presente protocolo, a partir daquela data, ocupando-o ou dando-lhes o destino que entender, bem como a dispor dos bens nela existentes, incluído a sua venda ou doação.
5. Caso seja retirada à Segunda Outorgante a disponibilidade sobre o direito de utilização do imóvel objeto do presente protocolo, em consequência de decisão proferida pela Câmara Municipal, o presente protocolo cessará de imediato, não podendo a Segunda Outorgante reclamar qualquer indemnização ou compensação pelos prejuízos daí resultantes.

Reunião de

24 MAIO 2016

SÉTIMA CLÁUSULA
(Interpretação)

Qualquer questão que venha a ser suscitada na interpretação, execução ou validade do presente protocolo será dirimida por acordo entre as partes e, na falta de acordo, pelo tribunal competente.

OITAVA CLÁUSULA
(Revisão)

O presente protocolo poderá ser revisto a todo o tempo, desde de que, para tanto, haja acordo entre as partes.

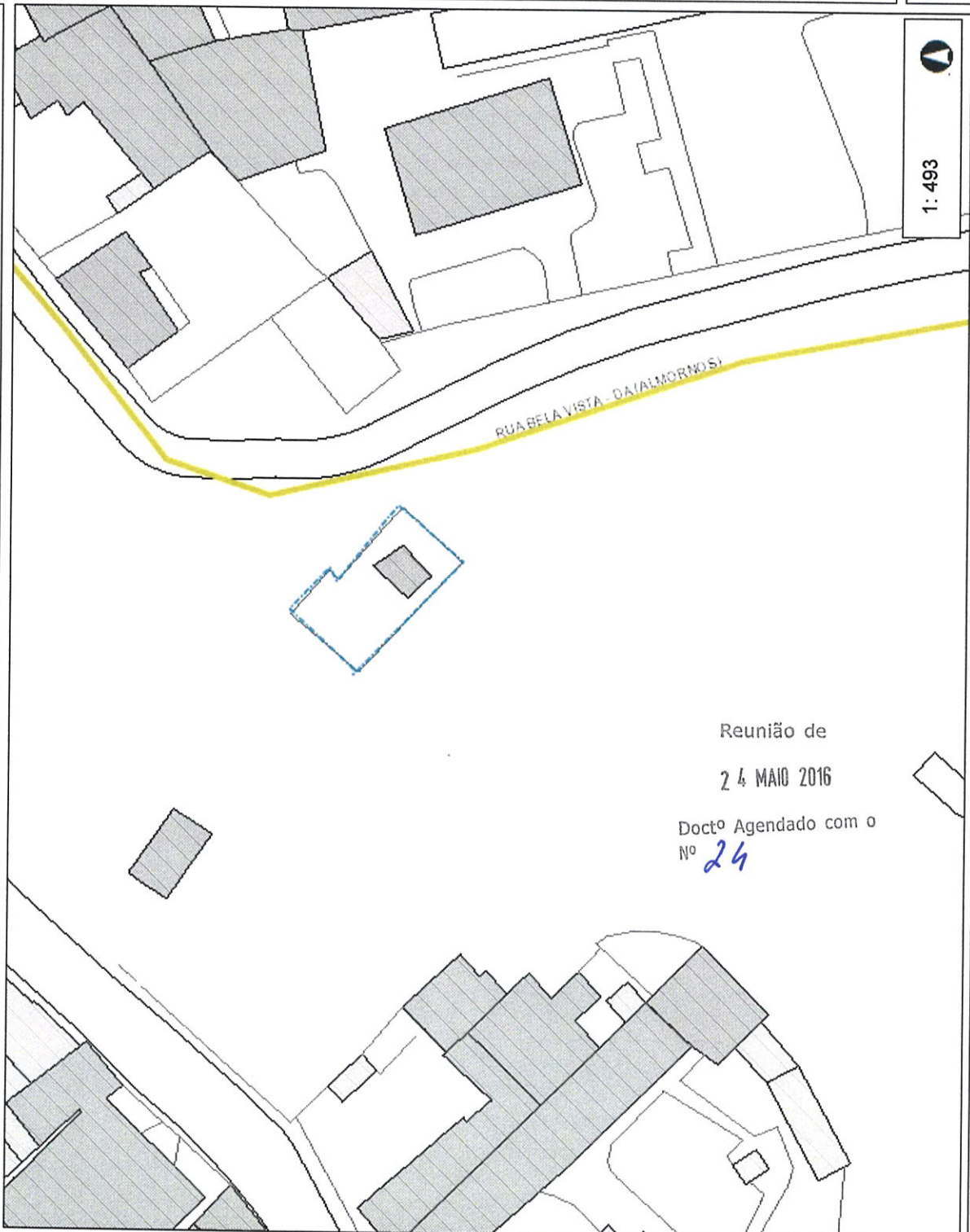
PRIMEIRO OUTORGANTE

SEGUNDA OUTORGANTE

Reunião de

24 MAIO 2016

Doctº Agendado com o
Nº 24



Reunião de
24 MAIO 2016
Doctº Agendado com o
Nº 24

1: 493



- Legenda**
- Litoral
 - Concelhos Limitrofes (CAOP 2)
 - Eixos de Via (Toponímia)
 - Limite Concelho de Sintra
 - Limite das Freguesias de Sintra
 - Litoral
 - Concelhos Limitrofes
 - Equipamentos Poligonos
 - Rede Viária Principal
 - Rede Viária Secundaria
 - Muros Vedações
 - Construções Principais
 - Construções Secundarias

Notas

O mapa impresso resulta de uma aplicação digital de visualização de mapa.

ESTE MAPA NÃO DEVERÁ SER UTILIZADO PARA NAVEGAÇÃO

De: JF Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar - GERAL <geral@jf-apm.pt>
Enviado: quarta-feira, 4 de Maio de 2016 11:14
Para: dgpi.juridico
Assunto: E-MAIL Nº 447/2016/AB - Minuta do protocolo de cedência destinada a infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicações

Exma. Sra. Dra. Sílvia Araújo,

Vimos por este meio informar V. Exa. que de acordo com a deliberação em reunião do executivo de 29/04/2016, a minuta do protocolo de cedência de parcela de terreno em Almornos (cedência destinada a infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicações), foi aprovada, com a alteração do ponto 2 da terceira cláusula onde a remuneração paga pela Segunda Outorgante poderá ser paga anualmente.

Com os meus melhores cumprimentos,

O Presidente da Junta
Rui Maximiano

Ana Pedro
Assistente Técnica

De: dgpi.juridico [<mailto:dgpi.juridico@cm-sintra.pt>]
Enviada: quarta-feira, 27 de Abril de 2016 17:04
Para: geral@jf-apm.pt
Assunto: FW: Minuta do protocolo de cedência destinada a infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicações

De: dgpi.juridico
Enviada: quarta-feira, 27 de Abril de 2016 16:33
Para: 'geral@jf-apm.pt'
Cc: Carlos Manuel Martins Vieira
Assunto: Minuta do protocolo de cedência destinada a infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicações

Exmos. Srs.

No âmbito da regularização da cedência da parcela de terreno em Almornos destinada a infraestruturas de radiocomunicações, remete-se a V. Exas. a minuta do protocolo de cedência para aprovação pelos órgãos dessa autarquia.

Para qualquer dúvida poderá ser contactada a DGPI por um dos meios abaixo indicados.

Com os melhores cumprimentos,
A Técnica Superior
Sílvia Araújo

*Câmara Municipal de Sintra
Divisão de Gestão do Património Imóvel*

dqpi.juridico@cm-sintra.pt

Rua Dr. Alfredo Costa, 33 - cave, 2710-524 Sintra

Telf: 219 236 812 / Fax: 219 236 842



PATRIMÓNIO MUNDIAL WORLD HERITAGE



Câmara Municipal de Sintra